

# Novo Desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina: entre o debate acadêmico e a prática política\*

**Roberta Rodrigues Marques da Silva**  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*

O artigo proposto tem como objetivo comparar os processos políticos em torno da construção do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, no Governo Lula (2003-2010), e na Argentina, nos Governos Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). O Novo Desenvolvimentismo é uma estratégia de desenvolvimento econômico gestada simultaneamente nos âmbitos da academia e da prática política, que tendem a se influenciar mutuamente. Argumentamos que as estratégias de desenvolvimento adotadas pelos referidos governos guardam em comum a busca pela promoção do crescimento econômico sustentado, com redução da vulnerabilidade a choques exógenos e inclusão social. Para tanto, promoveram mudanças institucionais consideradas necessárias à reversão do legado de baixo crescimento deixado pelo período neoliberal. Sustentamos também que suas estratégias de desenvolvimento devem ser compreendidas à luz das oportunidades e dos limites impostos por suas trajetórias institucionais particulares, bem como da necessidade de construção de consensos políticos em torno dessas novas agendas.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico, macroeconomia, política econômica, estudo de caso

---

\* A autora agradece aos pareceristas anônimos pelos comentários ao artigo.

## **Nuevo desarrollismo en Brasil y Argentina: entre el debate académico y la práctica política**

El artículo propuesto tiene como objetivo comparar los procesos políticos en torno de la construcción del Nuevo Desarrollismo en Brasil, en el gobierno Lula (2003-2010), y en Argentina, en los gobiernos de Néstor Kirchner (2003-2007) y Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). El Nuevo Desarrollismo es una estrategia de desarrollo económico gestado de manera simultánea en los campos de la academia y la práctica política, que tienden a influir mutuamente. Argumentamos que las estrategias de desarrollo adoptadas por esos gobiernos tienen en común la búsqueda de la promoción del crecimiento económico sostenible, con énfasis en la reducción de la vulnerabilidad a los shocks exógenos y la inclusión social. Para eso, estos gobiernos promovieron cambios institucionales necesarios a la reversión del legado de bajo crecimiento dejado por el período neoliberal. Sostenemos también que sus estrategias de desarrollo deben ser entendidas a la luz de las oportunidades y las limitaciones impuestas por sus trayectorias institucionales particulares, así como la necesidad de construir un consenso político en torno a estas nuevas agendas.

**Palabras clave:** desarrollo económico, macroeconomía, política económica, estudio de caso

## **New Developmentalism in Brazil and Argentina: between the academic debate and political practice**

This paper aims to compare the political processes around the construction of New Developmentalism in Brazil, during the Lula government, and Argentina, during the Néstor Kirchner and Cristina Fernández de Kirchner governments. New Developmentalism is a strategy of economic development discussed both in academia and in political practice, which influence each other. We argue that development strategies adopted by these governments hold in common the search for sustainable economic growth, along with the decrease of the vulnerability to external shocks and social inclusion. In order to do so, they promote institutional changes needed to reverse the low growth legacy left by the neoliberal period. We also argue that their development strategies must be analyzed in the light of the opportunities and limits imposed by particular institutional paths, as well as the need to build political consensus around these new agendas.

**Keywords:** economic development, macroeconomics, economic policy, case study

## Introdução<sup>1</sup>

Desde a virada do século, diversos governos autodenominados de esquerda e centro-esquerda foram eleitos na América do Sul. Essa ascensão levou ao surgimento de um debate em torno dos modelos de desenvolvimento adotados nos países do subcontinente nos últimos anos. Na região, destacam-se as trajetórias de Brasil e Argentina, países onde os projetos de industrialização revelaram maior progresso. Suas trajetórias prévias permitiram a ascensão de uma nova estratégia para promoção do desenvolvimento econômico, denominada na literatura como Novo Desenvolvimentismo (MERCADANTE, 2010).

Para Boschi e Gaitán (2006), o Novo Desenvolvimentismo pode ser entendido como:

um modelo (...) que defende a construção de um espaço de coordenação entre as esferas pública e privada, com o objetivo de aumentar a renda nacional e os parâmetros de bem-estar social. Apesar do peso que o fenômeno definido como globalização adquire nas economias da periferia, assumimos que os processos de desenvolvimento “continuam descansando na capacidade de cada país de participar na criação e difusão de conhecimentos e tecnologias e de incorporá-los no conjunto da atividade econômica e das relações sociais”. (FERRER, 2006 *apud* BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 02-03, tradução nossa).

Lula, no Brasil, e Néstor Kirchner, na Argentina, foram eleitos no bojo das crises dos modelos neoliberais<sup>2</sup> predecessores, os quais haviam levado a crises cambiais, crescimento pífio ou recessão, aumento dos índices de desemprego e, particularmente no caso argentino, ampliação da desigualdade de renda e da pobreza.

Apesar dos legados negativos deixados pelas crises na virada do século, importa destacar que os Governos Lula e Néstor Kirchner foram beneficiados por mudanças no contexto econômico internacional: na década de 2000, observou-se expansão do crédito e forte aumento da demanda e dos preços das *commodities* no mercado

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no 7º Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip), na cidade de Bogotá, em setembro de 2013. Na ocasião, o artigo foi agraciado com prêmio Antonio Barros de Castro pelo *Grupo de Investigación sobre Estado Instituciones y Desarrollo de América Latina* (GIEID-Alacip).

<sup>2</sup> Em comum, as estratégias neoliberais adotadas na década de 90 no Brasil e na Argentina foram caracterizadas por privatizações, desregulamentação financeira e abertura comercial. Outra característica comum aos dois países foi a adoção de um regime cambial fixo (Plano de Conversibilidade) ou semifixo (Plano Real), voltado para o controle da inflação – política esta que não constava no receituário do Consenso de Washington. As reformas neoliberais avançaram com maior profundidade e rapidez que no Brasil e, ademais, foram caracterizadas pela ausência do estabelecimento de novas modalidades regulatórias, como ocorrido no país vizinho.

internacional, liderados pela expansão econômica da China e da Índia. O contexto internacional foi, portanto, favorável à ampliação das exportações brasileiras e argentinas, haja vista que suas pautas exportadoras são bastante dependentes das *commodities* agrícolas e minerais. A expansão do crédito contribuiu ainda para a melhoria do perfil do endividamento brasileiro, além de amortecer as pressões sobre o governo argentino nas negociações em torno da dívida em moratória desde a crise de 2001.

O crescimento econômico observado durante o primeiro mandato de Lula e no Governo Néstor Kirchner pode ser atribuído à combinação entre a adoção de uma estratégia novo-desenvolvimentista e a ampliação da margem de manobra desses governos diante do afrouxamento das restrições nos seus balanços de pagamentos, conferida pelo contexto internacional positivo. A crise internacional de 2008 viria a impor constrangimentos e desafios à continuidade de políticas alinhadas com o Novo Desenvolvimentismo durante o segundo mandato de Lula e o Governo Cristina Fernández e Kirchner, conforme discutiremos ao longo do artigo.

Não há consenso na literatura, porém, acerca da adoção de uma estratégia novo-desenvolvimentista no Brasil e na Argentina. No caso da experiência brasileira, Bresser-Pereira considera que essa estratégia não foi implementada de fato pelo Governo Lula, haja vista a permanência das políticas macroeconômicas predecessoras (BRESSER-PEREIRA, 2008). Para Erber, o Governo Lula não se pautou pela adoção de políticas alinhadas com o Novo Desenvolvimentismo, em construção no âmbito acadêmico, tendo ocorrido uma contínua tensão entre as convenções institucionalista restrita e neodesenvolvimentista<sup>3</sup> (ERBER, 2011). Mercadante, em contraposição, destaca a necessidade de se debruçar sobre a **prática** do Novo Desenvolvimentismo, para além dos debates teóricos. Ele aponta para a necessidade de discussão da estratégia de desenvolvimento possível em um dado contexto político (MERCADANTE, 2010). Carneiro *et al.*, por sua vez, optam por denominar a

---

<sup>3</sup> Segundo o autor, as convenções novo-desenvolvimentista e neodesenvolvimentista não se confundem: a primeira se desenvolveu no âmbito acadêmico, ao passo que a segunda foi observada em uma série de políticas promovidas no segundo mandato de Lula. A diferença fundamental entre o Novo Desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo é que este, ao contrário daquele, mantém elementos centrais da convenção institucionalista restrita e a ela se subordina. Durante o primeiro mandato de Lula, a convenção institucionalista restrita manteve-se em voga. Já no seu segundo mandato, a convenção neodesenvolvimentista ganhou destaque, mas jamais se tornou hegemônica. Na avaliação de Erber, o Governo Lula foi pautado pela rivalidade entre as duas coalizões de sustentação a essas convenções, e as discussões em torno do Novo Desenvolvimentismo se mantiveram restritas ao debate acadêmico (ERBER, 2011).

experiência brasileira como um caso de social-desenvolvimentismo<sup>4</sup> (CARNEIRO *et al.*, 2012).

Além da dificuldade em se definir o modelo econômico em curso no Brasil, tampouco há consenso a respeito da classificação das orientações da política econômica do Governo Lula. Na literatura, há referência à existência de duas fases – uma fase neoliberal e outra desenvolvimentista (BARBOSA; SOUZA, 2010; MERCADANTE, 2010; ERBER, 2011; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011); três fases – a fase neoliberal, a inflexão novo-desenvolvimentista e o aprofundamento do modelo em reação à crise internacional (SINGER, 2010); e inexistência de modificações estruturais, que implicaria em uma aproximação com o projeto anterior (GONÇALVES, 2010).

Na Argentina, a ruptura entre os Governos Néstor e Cristina Kirchner em relação ao modelo neoliberal foi mais clara. Cabe mencionar duas dimensões centrais contrastantes entre as experiências de crise do neoliberalismo na Argentina e no Brasil: **(i) profundidade da crise**: a crise argentina foi multidimensional, com profundas implicações econômica, sociais e políticas; **(ii) dimensão temporal**: a crise na Argentina levou ao **colapso** do modelo econômico e à renúncia do presidente Fernando de la Rúa. No Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu todo seu mandato, efetuando ajustes na política macroeconômica<sup>5</sup>.

Embora a inflexão da trajetória argentina estivesse definida desde o Governo Duhalde, o contraste em relação ao modelo neoliberal tornou-se ainda mais patente nos Governos Néstor e Cristina Kirchner. De início, não estava claro, para os analistas, qual era a estratégia seguida pelo Governo Néstor Kirchner. Algumas interpretações reconheciam nas políticas do governo medidas populistas, vinculadas às origens do peronismo. Para outra corrente, o governo estaria implementando uma combinação entre nacionalismo heterodoxo e políticas fiscal e monetária ortodoxas. Finalmente, havia aqueles que identificavam a promoção de uma estratégia desenvolvimentista em um contexto de economia aberta (GERCHUNOFF; AGUIRRE, 2004), o que mais tarde veio a ser denominado Novo Desenvolvimentismo (GROTTOLA, 2010).

Para Bresser-Pereira, a Argentina encontrava-se, até 2011, muito próxima de um modelo de Novo Desenvolvimentismo, particularmente em razão da opção por uma política cambial competitiva (BRESSER-PEREIRA, 2008; 2013). Grottola (2010) afirma que a experiência argentina se baseia na retomada das capacidades

---

<sup>4</sup> Segundo Carneiro, “nessa estratégia o social é o eixo do desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via a ampliação do consumo – de bens públicos e privados – das massas. Nessa vertente se propõe a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado.” (CARNEIRO, 2012, p. 01).

<sup>5</sup> Introdução do regime de metas de inflação, metas de superávit fiscal e câmbio flutuante.

estatais, enfraquecidas durante o período neoliberal. O modelo adotado possui diversos pontos em comum com a agenda novo-desenvolvimentista: equilíbrio fiscal; promoção do investimento pelo Estado, em complementariedade com o setor privado; e regime cambial competitivo, que protege a indústria, ao mesmo tempo em que promove as exportações em um contexto de abertura comercial (GROTTOLA, 2010). Finalmente, Féliz (2010) critica a ausência de um projeto de mudança estrutural no Novo Desenvolvimentismo argentino, que mantém o país em uma posição periférica e dependente no sistema internacional.

Essa breve revisão da literatura revela a controvérsia nos debates em torno do Novo Desenvolvimentismo. Neste artigo, argumentamos que, do ponto de vista da Ciência Política, é inócuo atestar a autenticidade das estratégias novo-desenvolvimentistas frente às recomendações produzidas nos debates acadêmicos, particularmente na Economia. Nosso objetivo é analisar os **processos políticos** em torno da construção das novas estratégias de desenvolvimento. Para tanto, é necessário compreender a construção das suas coalizões de sustentação, os conflitos de interesses e os espaços existentes para a construção de consensos. Sustentamos que a configuração do sistema partidário, a existência de atores com poder de veto e as estratégias adotadas pelos governos no contexto das restrições impostas pela trajetória institucional são fatores explicativos dos processos de construção do Novo Desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina.

No que segue, o artigo é organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, faremos uma breve revisão da literatura a respeito do relacionamento entre coalizões e estratégias de desenvolvimento, a fim de definir um marco analítico que nos permita compreender as disputas e os consensos em torno do estabelecimento de uma nova estratégia de desenvolvimento. Em segundo lugar, apresentaremos a produção dos intelectuais brasileiros e argentinos em torno do Novo Desenvolvimentismo. Posteriormente, discutiremos as experiências dos Governos Lula, no Brasil, e Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, na promoção da **prática** do Novo Desenvolvimentismo. Encerraremos o artigo com uma breve comparação entre as duas experiências.

## **Coalizões e estratégias de desenvolvimento**

A relação entre coalizões políticas e projetos de desenvolvimento econômico é objeto de análises de longa data na Ciência Política. Barrington Moore, em obra clássica, efetuou uma análise comparativa entre as diferentes “rotas” de modernização, identificando como a articulação de coalizões entre distintos atores socioeconômicos conduziu a caminhos alternativos: “a revolução burguesa (Inglaterra, França e EUA), a revolução a partir de cima (Alemanha e Japão) e a revolução comunista (Rússia e China)” (IANONNI, 2014, p. 04).

Em veio semelhante, Esping-Andersen (1991) se debruçou sobre as diferentes expressões do *welfare state* na Europa Ocidental, analisando-as à luz da mobilização de diferentes coalizões de classe em um momento histórico específico – a transição de uma economia agrário-rural para uma economia urbano-industrial. Essas diferentes configurações levaram à emergência de modelos socialdemocratas (países escandinavos), corporativistas (Alemanha) e liberais (Grã-Bretanha e, em um caso extraeuropeu, os Estados Unidos) (ESPING-ANDERSEN, 1991).

No caso latino-americano, a Teoria da Dependência, na sua vertente capitaneada por Cardoso e Faletto, buscou estabelecer um modelo analítico que fosse capaz de explorar os vínculos entre as alianças compostas por diferentes classes, frações e grupos sociais e os modelos de desenvolvimento adotados nos diferentes países do subcontinente. Os autores, ademais, buscaram explicar como os padrões de (sub) desenvolvimento latino-americano só poderiam adquirir, por razões históricas, um caráter dependente e associado (CARDOSO; FALETTI, 1970).

Para além dos estudos voltados para análise da articulação de coalizões em torno de estratégias de desenvolvimento, com particular referência às particularidades das trajetórias históricas dos diferentes países, cumpre salientar também os aspectos centrais trazidos pela literatura do institucionalismo histórico, corrente que busca compreender como as estratégias dos atores e as disputas políticas são medidas pelas instituições. Segundo essa corrente, o contexto político-institucional é caracterizado pelo conflito entre grupos rivais acerca da distribuição (desigual) do poder e dos recursos, que, por sua vez, é definida no âmbito das instituições (HALL; TAYLOR, 2003).

Inicialmente, as explicações vinculadas ao institucionalismo histórico privilegiaram os processos conhecidos como **dependência de trajetória**, buscando identificar as disputas, estratégias e decisões tomadas em um momento inicial da trajetória institucional, que acabaria por limitar – ou mesmo condicionar – as decisões dos atores nos momentos subsequentes.

Posteriormente, outros autores ligados à mesma corrente teórica, críticos do determinismo embutido na ideia de dependência de trajetória, buscaram identificar os momentos em que a mudança institucional se torna possível, apesar da existência de legados institucionais. Gourevitch (1986) enfatiza que as crises do capitalismo abrem espaço para o questionamento de estratégias econômicas dominantes, as quais são sustentadas por uma coalizão específica. Na sequência, torna-se possível a maior fluidez das ideias e a articulação de uma nova coalizão, entendida tanto nos termos do realinhamento entre grupos sociais, como dos partidos políticos, a qual sustenta uma nova estratégia econômica.

Thelen (2004), por sua vez, sustenta que as mudanças institucionais são possíveis mesmo na ausência de choques exógenos. Modificações no ambiente social e

político conduzem à contínua renegociação das bases de uma coalizão de apoio a arranjos específicos. A autora abre espaço, assim, para a análise dos diferentes alinhamentos possíveis entre atores sociais (e também entre os atores políticos) pertencentes a uma determinada coalizão em torno de temas específicos da agenda pública. A questão central se volta, pois, para a identificação dos pontos passíveis de negociação dentro de uma instituição, permitindo sua mudança, bem como dos pontos inegociáveis que podem conduzir a uma ruptura institucional.

À luz das discussões trazidas por essa literatura, buscamos compreender os processos políticos por trás da construção do Novo Desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina. Pretendemos identificar como as disputas entre os interesses dos diferentes atores políticos e sociais conduziram à articulação de coalizões em torno de estratégias de desenvolvimento distintas, mas também à redefinição das coalizões de apoio às estratégias sustentadas pelos Governos Lula e Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner ao longo do tempo. Em grande medida, a composição e recomposição das referidas coalizões respondeu à ocorrência de conjunturas críticas<sup>6</sup>, como eleições presidenciais e a crise financeira de 2008. Nesses momentos, ocorreram realinhamentos políticos e um conjunto de mudanças institucionais que tornaram possível o fortalecimento da opção por uma estratégia novo-desenvolvimentista no Brasil e na Argentina. Antes de nos voltarmos para a análise desse processo, debruçamo-nos sobre os debates acadêmicos em torno do Novo Desenvolvimentismo, que serão abordados a seguir.

## Os intelectuais e o Novo Desenvolvimentismo

Os debates em torno do Novo Desenvolvimentismo surgiram do diagnóstico do fracasso das políticas neoliberais adotadas na década de 1990. A partir da discussão de temas relevantes ao desenvolvimento, mas dentro de um conjunto heterogêneo de análises, intelectuais do Brasil e da Argentina passaram a orientar suas pesquisas para a construção de uma estratégia de desenvolvimento adequada aos seus respectivos países, em particular, e à América Latina, em geral. Esse debate ganhou maior densidade no Brasil, onde se convencionou denominar a nova estratégia de Novo Desenvolvimentismo.

---

<sup>6</sup> Conjunturas críticas são entendidas como momentos de abertura que permitem os realinhamentos entre os atores e a promoção da mudança institucional. O termo é amplamente empregado na literatura do institucionalismo histórico, sendo mobilizado tanto por autores que buscam explicar a mudança institucional a partir de choques exógenos, como por aqueles que concedem ênfase às mudanças incrementais.



No Brasil, destacam-se os trabalhos de Bresser-Pereira (2012) e Sicsú *et al.* (2007). Bresser-Pereira, em particular, é autor de vasta bibliografia sobre o tema. Ele defende que o Novo Desenvolvimentismo é a estratégia adequada para países que já possuem indústrias maduras, em um contexto de globalização. O papel do Estado na economia deve ser redefinido, retomando sua capacidade de promover a política industrial e as políticas sociais. O Estado deve cumprir um papel subsidiário ao setor produtivo, incentivando a produção industrial e de *commodities* de elevado valor agregado, orientadas para os mercados doméstico e internacional. Também deve promover a redução das desigualdades econômicas e a distribuição de renda (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Para Bresser-Pereira (2012), a política central da estratégia novo-desenvolvimentista é a neutralização da doença holandesa, possível a partir da adoção de uma política de administração cambial que permita a consecução de um câmbio competitivo. Essa política pode ser bem-sucedida, caso haja a cobrança de um tributo sobre a *commodity* que ocasiona o problema. Dessa forma, as atividades economicamente inviabilizadas pela doença holandesa se tornam possíveis. Ademais, o equilíbrio fiscal e o controle da inflação são itens inegociáveis da agenda novo-desenvolvimentista, necessários à melhoria do perfil do endividamento público, permitindo consecução do crescimento econômico sustentado (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Sicsú *et al.* (2007) sustentam que o Novo Desenvolvimentismo tem como eixos principais: (i) estabilidade macroeconômica e redução das vulnerabilidades externas, garantidas pela manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, coordenada com as demais esferas da política macroeconômica; (ii) existência de um Estado forte e também de um empresariado nacional forte e de investimento em inovação técnica; (iii) crescimento econômico elevado e continuado para redução das desigualdades; (iv) adoção de políticas sociais universais, com o objetivo de reduzir as assimetrias sociais e potencializar o capital humano (SICSÚ *et al.* 2007).

Embora concedam ênfases distintas na construção de uma estratégia novo-desenvolvimentista, Bresser-Pereira (2012) e Sicsú *et al.* (2007) concordam que essa supõe a existência de um projeto **nacional** de desenvolvimento, viabilizado a partir da construção de um consenso entre os diversos atores sociais. Segundo os autores, projetos de desenvolvimento bem-sucedidos no mundo contemporâneo só foram viáveis em razão da existência de um sentimento de nação. Por isso, entendem ser necessária a adoção de uma estratégia de inserção soberana no mercado internacional.

As recomendações dos autores padecem, porém, de um problema:

[t]ransposições mecânicas a partir de estudos de caso bem-sucedidos ou de momentos históricos distintos estão fadadas ao fracasso. A construção de um Estado desenvolvimentista deriva de um processo de experimentação e

aprendizado constantes, que pode beneficiar-se de análises comparativas, mas não pode deixar de levar em conta a trajetória de cada país e suas condições institucionais peculiares (DINIZ, 2013, p.10).

Diniz salienta a necessidade de se interpretar as “rotas” de desenvolvimento à luz dos aspectos políticos e institucionais particulares aos países objeto de análise.

Na Argentina, as discussões em torno do Novo Desenvolvimentismo surgiram no âmbito do chamado **Grupo Fénix**, formado por intelectuais da Universidade de Buenos Aires, críticos das políticas neoliberais. Em setembro de 2001, esse grupo elaborou o documento *Hacia el Plan Fénix. Diagnóstico y propuestas. Una estrategia de reconstrucción de la economía argentina para el desarrollo con equidad*.<sup>7</sup> Nesse documento, há pontos de convergência com a estratégia que posteriormente veio a ser denominada Novo Desenvolvimentismo: é proposta a formação de um amplo consenso social, incluindo trabalhadores e empresários, em torno de uma estratégia de desenvolvimento sustentado, capaz de promover a equidade social por meio da criação de empregos – não somente em quantidade, mas também em qualidade – e do aumento da renda (GRUPO FÉNIX, 2001).

O Grupo Fénix (2001, 2002) defende a transformação estrutural da cadeia produtiva, com ênfase na inovação e na produção de bens com maior valor agregado, de modo a impulsionar o mercado interno e diversificar as exportações. Ao contrário do modelo prevalecente na década de 1990, os mercados de capitais devem ser orientados à formação de poupança e ao investimento produtivo, possibilitando a elevação da competitividade da economia argentina no nível internacional e a superação do modelo de crescimento baseado na exploração de mão de obra barata (GRUPO FÉNIX, 2001, 2002).

Para a consecução dos objetivos traçados, é necessária a retomada das capacidades estatais em diversas áreas: (i) na coordenação entre as políticas macroeconômicas, com particular ênfase para a adoção de uma política fiscal orientada para a poupança interna e investimento e de uma política cambial que promova a produção nacional; (ii) no estabelecimento de um marco regulatório estável, que garanta a segurança jurídica e a concorrência; (iii) na retomada da capacidade de extração tributária, enfraquecida ao longo da trajetória histórica; (iv) na implementação de políticas sociais, inclusive políticas públicas para a educação; e (v) no estímulo à participação da cidadania nas discussões em torno das políticas públicas (GRUPO FÉNIX, 2001, 2002).

---

<sup>7</sup> O documento é assinado por: Daniel Azpiazu, Eduardo Basualdo, Luis Beccaria, Víctor Beker, Marta Bekerman, Rubén Berenblum, Manuel Fernández López, Aldo Ferrer, Natalia Fridman, Alfredo T. García, Norberto González, Jorge Katz, Saúl Keifman, Benjamín Hoppenhayn, Marcelo Lascano, Hugo Nochteff, Arturo O’Connell, Oscar Oszlak, Mario Rapoport, Alejandro Rofman, Jorge Schvarzer, Héctor Valle y Salvador Treber.

Os autores que defendem a adoção do Novo Desenvolvimentismo entendem ser necessária a formação de uma coalizão de apoio, de modo a se constituir um consenso em torno dessa estratégia. A construção desse consenso é, naturalmente, uma construção política. A adoção de uma estratégia de desenvolvimento qualquer – inclusive o Novo Desenvolvimentismo – depende da formação de coalizões políticas que lhe conceda sustentação.

## O Novo Desenvolvimentismo no Brasil

O Governo Lula (2003-2010) foi caracterizado pela constante tensão entre a emergente coalizão novo-desenvolvimentista e a coalizão de sustentação do modelo neoliberal, hegemônica desde a década de 1990. Durante todo o período, a coalizão neoliberal, formada por atores interessados na manutenção de uma política monetária pautada por taxas de juros elevados e pela valorização cambial, fez valer sua pressão (ERBER, 2011). Essa coalizão deve ser encarada menos como um pilar de apoio ao Governo Lula do que uma poderosa coalizão formada por atores com poder de veto. Esse poder de veto não residia propriamente no sistema político, mas na garantia de estabilidade do mercado financeiro, considerada essencial para a consecução da agenda pública definida pelo governo. Diante desse quadro, a coalizão novo-desenvolvimentista jamais se tornou hegemônica.

A construção de coalizões distintas deve ser entendida no contexto do conflito distributivo desencadeado pela escolha por uma estratégia econômica particular. Naturalmente, a simples divisão entre ganhadores e perdedores não implica na identificação do poder de barganha desses atores. A capacidade de articulação dos interesses dos atores societais e o seu poder de barganha (impondo ameaças críveis) são, pois, aspectos centrais para a compreensão da formação de coalizões de apoio ou de rechaço a uma determinada estratégia econômica.

As eleições presidenciais de 2002 foram permeadas por um cenário de incerteza, produzido pelo favoritismo do então candidato Lula, que até poucos meses antes do pleito defendia uma ruptura cabal com o modelo neoliberal predecessor. Como consequência, houve fuga de capitais e forte instabilidade no mercado cambial. É possível identificar, pois, um forte poder de barganha nas mãos dos agentes do mercado financeiro vis-à-vis o Governo Lula. Em um cenário de instabilidade financeira, haveria elevados riscos à execução da agenda de inclusão social proposta pelo seu governo. Os atores ligados ao mercado financeiro constituíam, portanto, uma coalizão com poderoso poder de veto sobre as decisões do governo. Essa coalizão era constituída não apenas pelo sistema financeiro, mas também pelos

investidores institucionais (incluindo aí os fundos de pensão), empresas com alta geração de caixa (na indústria e no agronegócio<sup>8</sup>) e domicílios mais ricos (ERBER, 2011).

Nesse contexto, a garantia da estabilidade econômica e, mais especificamente, a estabilidade da moeda estiveram no centro das preocupações da agenda pública durante virtualmente todo o primeiro Governo Lula. Pretendia-se evitar o retorno dos ataques especulativos que pautaram a campanha eleitoral de 2002. Essa preocupação já se revelava desde a própria campanha, quando Lula defendeu, na sua famosa *Carta ao Povo Brasileiro*, o controle da inflação e a preservação do superávit primário.

Uma vez eleito, Lula teve que compor uma coalizão partidária, a fim de assegurar o apoio à agenda do governo no Congresso. No contexto do presidencialismo de coalizão brasileiro<sup>9</sup>, no qual os presidentes devem formar coalizões multipartidárias de sustentação, foram impostos limites à ação do governo na construção de uma estratégia novo-desenvolvimentista (MERCADANTE, 2010). Ao contrário do Governo Cardoso, quando a coalizão parlamentar se baseou em três partidos principais no Congresso (PSDB, PFL e PMDB<sup>10</sup>), os quais se concentravam na centro-direita do espectro ideológico, Lula teve que negociar a formação de uma coalizão bastante heterogênea, que se refletiu no Parlamento e na composição dos ministérios. Teve que lidar, portanto, com interesses diversos e dificilmente compatíveis, que criavam constrangimentos significativos no marco da própria base aliada. Conforme Diniz e Boschi salientam:

as coalizões dos dois Governos Lula eram altamente fragmentadas e compostas de partidos à direita e à esquerda no espectro ideológico sendo, portanto, necessário lidar com o pragmatismo de uns e o dogmatismo de outros, acabando por dificultar sobremaneira a tarefa de definir e obter apoio para um projeto de mais longo prazo (DINIZ; BOSCHI, 2011, p.05).

No seu primeiro mandato, Lula optou por indicar nomes ligados à ortodoxia para ocuparem postos-chave nas pastas econômicas: Antonio Palocci foi nomeado para o cargo de Ministro da Fazenda e Henrique Meirelles, ex-diretor do Bank Boston,

<sup>8</sup> Erber (2011) lembra que os setores agroexportadores eram prejudicados pela valorização cambial que acompanhava o aumento da taxa de juros, mas eram parcialmente compensados pelos elevados preços das commodities no mercado internacional.

<sup>9</sup> O presidencialismo de coalizão brasileiro se organiza a partir da repartição das pastas ministeriais entre os partidos que compõem a base governista, o que permite a formação de maiorias parlamentares. Sua manutenção ocorre através das negociações entre líderes partidários, capazes de punir o comportamento não cooperativo dos congressistas de seu partido, uma vez que cabe a eles definir a quota de influência e patronagem de cada um (CHEIBUB; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009).

<sup>10</sup> O PMDB deixou a coalizão partidária no segundo mandato de Cardoso.

para o cargo de Presidente do Banco Central. Dessa forma, Lula buscava demonstrar para o mercado financeiro seu compromisso com o controle da inflação (ERBER, 2011). Foram mantidas as orientações principais da política macroeconômica de seu antecessor: regime de metas de inflação, regime cambial flutuante e metas de superávit fiscal (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Ainda em 2003, o governo logrou a aprovação, no Congresso, da chamada minirreforma tributária e da reforma da previdência. Como consequência, ampliou-se a arrecadação, viabilizando-se a consecução da dupla meta de manutenção do superávit primário – considerado indispensável à melhoria do perfil do endividamento público – e expansão das políticas sociais. Além disso, o déficit da previdência se estabilizou (SINGER, 2010; BARBOSA; SOUZA, 2011).

A permanência do tripé da política macroeconômica predecessora não implicou, porém, a continuidade em relação à orientação política do governo anterior. Desde o início, o Governo Lula promoveu mudanças institucionais que visavam incluir atores societários<sup>11</sup> e a sociedade civil<sup>12</sup> nos processos deliberativo e/ou decisório. Ademais, foi retomado o papel do Estado para a promoção da política industrial, com o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004. Essa política tinha como objetivo tornar a estrutura produtiva brasileira mais eficiente, incentivando o investimento em inovação (BOSCHI, 2011).

Concedeu-se também ênfase a programas sociais (Fome Zero e Bolsa Família) e a medidas voltadas para a formação de um mercado consumidor de massas (aumento real do salário mínimo e fomento ao crédito às pessoas físicas), que ganhariam maior centralidade no seu segundo mandato. Vale mencionar que essas medidas não comprometeram o cumprimento das metas de superávit primário estabelecidas. Ao mesmo tempo em que o governo cumpria com as expectativas do mercado financeiro, atendia à agenda histórica do PT para inclusão social e formação de um mercado de massas (SINGER, 2010; BARBOSA; SOUZA, 2011).

As mudanças elencadas definiram como ganhadores o empresariado industrial, com ênfase para as grandes empreiteiras beneficiadas pelo impulso às obras de infraestrutura, os trabalhadores e os sindicatos (na medida em que se registrava queda nos índices de desemprego e avanço na formalização do trabalho) e as classes

---

<sup>11</sup> Por exemplo, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a inclusão de líderes com raízes sindicais na esfera burocrática, inclusive no primeiro escalão do governo (Mercadante, 2010; Boschi; Gaitán, 2010; Boschi, 2011).

<sup>12</sup> Com destaque para a ênfase dada às Conferências Nacionais de Políticas Públicas, que se tornaram mais amplas e frequentes.

mais pobres. No caso dos dois primeiros atores – empresariado industrial e sindicatos –, sua participação em canais institucionalizados de interlocução com o governo favoreceu a articulação de uma coalizão de apoio ao Novo Desenvolvimentismo. As classes mais pobres, embora disponham de baixa capacidade de mobilização autônoma, foram fundamentais para a viabilização dessa coalizão, uma vez que passaram a se constituir, desde as eleições de 2006, na base eleitoral de Lula (SINGER, 2012).

As mudanças efetuadas na agenda pública, porém, produziram impacto tímido sobre o desempenho da economia no primeiro mandato de Lula. Mesmo diante de um contexto internacional favorável – com crédito farto e expansão dos preços das *commodities*, que permitiram sucessivos superávits na balança comercial –, o ritmo de crescimento econômico encontrava-se aquém do esperado. Após o crescimento significativo do PIB em 2004, atribuído à expansão das exportações, o ritmo de crescimento da economia caiu em 2005 (CARNEIRO *et al.*, 2012).

O baixo ritmo de crescimento veio a reforçar as críticas à ortodoxia na política macroeconômica. No segundo Governo Lula, os defensores da maior participação do Estado na economia passaram a ganhar maior centralidade. Mesmo sem formarem um corpo homogêneo, pode-se afirmar que os setores (novo) desenvolvimentistas assumiam, em linhas gerais: (i) a necessidade da adoção de medidas de estímulo fiscal e monetário, ainda que temporário, para expansão da produção; (ii) a inclusão social via ampliação das políticas de transferência condicionada de renda e aumento real do salário mínimo, que fomentaria, ainda, a expansão do mercado consumidor; (iii) a elevação do investimento público em infraestrutura; e (iv) a retomada do papel planejador do Estado (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Para os novo-desenvolvimentistas, o crescimento potencial da economia brasileira só poderia ocorrer a partir do estímulo ao crescimento no presente, com a introdução de políticas monetária e fiscal adequadas<sup>13</sup>. Não menos importante, eles destacavam a necessidade de redução da desigualdade de renda, para estímulo ao crescimento econômico com inclusão social. Rejeitando a visão neoliberal, defensora da introdução de políticas focalizadas para combate à pobreza extrema, os novo-desenvolvimentistas entendiam que as políticas de transferência de renda eram parte integrante do fomento ao crescimento, ao estimularem a expansão da demanda agregada. Além disso, consideravam que a elevação dos investimentos em infraestrutura era necessária para criar um ambiente favorável ao investimento privado (BARBOSA; SOUZA, 2010).

<sup>13</sup> Na perspectiva desenvolvimentista, a ampliação dos gastos e dos investimentos públicos se viabiliza pelo aumento da arrecadação tributária, mas também pela emissão de dívida. Isso ocorre porque há a perspectiva de crescimento da economia no médio prazo, capaz de absorver os eventuais déficits fiscais (Barbosa; Souza, 2010).

Em 2006, ano em que Lula apresentou sua candidatura à reeleição, observou-se uma inflexão na orientação da política econômica do governo, com a adoção de medidas afins às demandas da coalizão novo-desenvolvimentista. A inauguração dessa nova fase é simbolizada pela escolha de Guido Mantega para ocupar o Ministério da Fazenda, em substituição a Palocci (SINGER, 2010). Meirelles, porém, foi mantido na presidência do Banco Central. A partir de então, as tensões entre as coalizões neoliberal e novo-desenvolvimentista passaram a expressar-se com maior frequência.

Vale mencionar que, nessa fase, não se observaram mudanças significativas na condução da política macroeconômica: houve apenas reduções suaves nas metas de superávit fiscal e na taxa de juros, que prosseguiu em patamar elevado. A política de câmbio flutuante foi mantida, mesmo no contexto de apreciação da moeda (BARBOSA; SOUZA, 2010).

A ênfase novo-desenvolvimentista recaiu sobre a ampliação das medidas voltadas para a formação de um mercado consumidor de massas, a retomada da capacidade de planejamento das políticas públicas pelo Estado e a concessão de incentivos ao investimento industrial. Entre as medidas adotadas, destacam-se: a ampliação do ganho real concedido ao salário mínimo; a reestruturação das carreiras dos servidores públicos; o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008; e o papel crescente dos fundos de pensão no sistema financeiro, que trouxe os trabalhadores para o centro da dinâmica de financiamento de projetos voltados para o desenvolvimento (BARBOSA; SOUZA, 2010; BOSCHI; GAITÁN, 2010; BOSCHI, 2011).

Essas medidas levaram à expansão do consumo e dos investimentos públicos, permitindo o aumento da produção e a expansão do nível de emprego, inclusive com aumento da formalidade, o que implicou a criação de um ciclo virtuoso da economia brasileira (SINGER, 2010; CARNEIRO *et al.*, 2012). A combinação de crescimento econômico, apreciação da moeda e elevadas taxas de juros tornou o Brasil um dos destinos preferenciais para atração de capitais, o que contribuiu para a formação de amplas reservas cambiais (BARBOSA; SOUZA, 2010).

No final de 2008, o Brasil passou a sofrer os efeitos da crise financeira internacional, detonada pela crise do *subprime* nos Estados Unidos. A crise afetou diretamente os preços das *commodities* exportadas pelo Brasil, além de provocar a saída de capital especulativo. Consequentemente, a moeda se desvalorizou.

Segundo Barbosa e Souza:

A combinação da depreciação cambial, restrição de liquidez e queda na demanda internacional por produtos brasileiros derrubou os índices de confiança dos empresários e dos consumidores, provocando uma redução na

demanda doméstica. O crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu, uma vez que a maioria das empresas adiou ou simplesmente cancelou suas despesas de capital diante do quadro econômico bastante incerto. Assim, o resultado inevitável do *crash* financeiro mundial foi uma recessão técnica no Brasil – dois trimestres consecutivos de queda no PIB (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 22).

A crise internacional levou a uma inflexão na estratégia econômica: de modo inédito na história recente brasileira, o governo adotou medidas anticíclicas para combater os efeitos da crise internacional, atendendo aos interesses da coalizão novo-desenvolvimentista que lhe concedia sustentação. Crises do capitalismo são momentos de profunda incerteza, que permitem o realinhamento dos atores sociais e/ou políticos, mudanças na estratégia econômica sustentada por uma coalizão (GOUREVITCH, 1986). No caso da crise de 2008, as incertezas eram de tal intensidade que permitiram a adoção de respostas inovadoras<sup>14</sup>, incluindo aquelas que não fizessem referência aos ajustes recessivos associados ao neoliberalismo. O presidente Lula, ao se referir aos impactos da crise sobre o Brasil como uma “marolinha” e definir um conjunto de medidas anticíclicas para conter os seus efeitos, elevava a aposta em torno do Novo Desenvolvimentismo. Nesse particular, foi beneficiado pela permanência dos preços elevados das *commodities* no mercado internacional, uma vez que a demanda chinesa permanecia aquecida, o que permitiu a maior margem de atuação do governo.

De fato, o governo já havia adotado medidas importantes **antes** da ocorrência da crise, que facilitaram a recuperação da economia: as políticas de transferência condicionada de renda, a elevação real do salário mínimo, o reaparelhamento do serviço público federal, os investimentos públicos, as desonerações tributárias aos setores produtivos e a formação de amplas reservas cambiais.

Com a crise, o governo adotou também medidas **emergenciais**, que pretendiam incentivar o consumo e o investimento. Entre as medidas adotadas, estavam: a ampliação do crédito<sup>15</sup>, a promoção de uma série de desonerações tributárias e a extensão do período de recebimento do seguro-desemprego. Na contramão dessas medidas, o Banco Central manteve o patamar das taxas de juros, que só foi reduzido alguns meses após as medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda (BARBOSA; SOUZA, 2010).

<sup>14</sup> As políticas anticíclicas não são inovadoras em si mesmas, e sim no contexto histórico latino-americano, onde prevalece a adoção de medidas recessivas em momentos de crise econômica.

<sup>15</sup> Cabe mencionar as operações do Banco Central para venda de dólares, a redução do compulsório bancário e o papel desempenhado pelo BNDES para garantir a permanência do financiamento produtivo durante a crise.



Além das medidas emergenciais, o governo também adotou medidas **estruturais**, isto é, cujos efeitos seriam mantidos mesmo com a retomada do crescimento econômico: a modificação na estrutura de cobrança do imposto de renda para pessoa física, a fim de aumentar a renda familiar e estimular o consumo, e o programa Minha Casa, Minha Vida, com o objetivo de suprir o déficit habitacional (BARBOSA; SOUZA, 2010).

O conjunto de medidas adotadas tornou possível a reversão da queda na produção – particularmente no setor industrial –, permitindo a retomada do nível de emprego e de renda. Já no segundo semestre de 2009, o País voltou a atrair fluxos consideráveis de investimento, retomando o crescimento econômico (BARBOSA; SOUZA, 2010). Cumpre salientar que o crescimento passou a se assentar em uma nova base: a expansão do consumo doméstico, proporcionada pela inclusão de dezenas de milhões de brasileiros no mercado consumidor de massas (CARNEIRO *et al.*, 2012).

Não se pode afirmar categoricamente, porém, que as estratégias adotadas pelo Governo Lula em seu primeiro e segundo mandatos tenham sido radicalmente distintas. Os dois períodos devem ser entendidos como complementares: a primeira etapa teve como objetivo assegurar a estabilização econômica, enquanto a segunda voltou-se para a aceleração do crescimento econômico. Nos dois períodos, porém, esteve presente o objetivo de distribuir a renda e promover a inclusão social, que adquiriu inédita centralidade na trajetória brasileira (MERCADANTE, 2010).

A ênfase concedida à conformação de um mercado consumidor de massas e à adoção de medidas anticíclicas para o combate aos efeitos da crise internacional permitiu que o Governo Lula recebesse, progressivamente, maior apoio da coalizão novo-desenvolvimentista. Vale mencionar que essa coalizão sempre fez parte da sua base de apoio, ainda que muitos dos seus integrantes tenham adotado uma postura crítica em relação às políticas ortodoxas adotadas. No entanto, a adoção de políticas afeitas ao Novo Desenvolvimentismo não implicaram na contestação dos interesses da coalizão neoliberal. Em outras palavras, a coalizão neoliberal não foi deslocada pela coalizão novo-desenvolvimentista, a qual não se tornou hegemônica, de forma que o “tripé” continuou a orientar a estratégia macroeconômica do Governo Lula ao final do seu segundo mandato.

Avalia-se que esse fato se deveu tanto aos limites impostos pelo presidencialismo de coalizão, que levaram à formação de uma base de apoio parlamentar da qual faziam parte setores políticos conservadores, como à existência de atores com poder de veto com fortes interesses enraizados no mercado financeiro. De fato, a articulação entre os interesses dos setores rentistas e a retomada do seu poder de barganha frente o governo – que repousa sobre a credibilidade da sua ameaça de provocar a fuga de capitais e a instabilidade financeira e cambial – estiveram

presentes tão logo os momentos mais críticos da crise internacional se fizeram passar. A ocorrência de conjunturas críticas – o descontentamento com os baixos índices de crescimento econômico (2006) e a crise internacional (2008) – foi essencial para que a coalizão novo-desenvolvimentista passasse a ocupar um papel central na condução da agenda pública. A moeda de troca (implícita), entretanto, era a manutenção dos interesses da coalizão neoliberal.

## O novo desenvolvimentismo na Argentina

A construção do Novo Desenvolvimentismo na Argentina encontra restrições institucionais bastante distintas das existentes no Brasil. Embora a nova estratégia econômica tenha sido adotada, como no país vizinho, após a crise do neoliberalismo, os espaços existentes para formação de um consenso em torno do Novo Desenvolvimentismo são muito mais estreitos.

Ao longo da sua história recente, Argentina passou por sucessivas mudanças institucionais. É significativo que, entre as décadas de 1950 e 1990 (entre os Governos Carlos Menem e Juan Domingo Perón), **nenhum** presidente tenha cumprido seu mandato. As sucessivas mudanças de governo e de regime político levaram à debilitação das instituições, incluindo o enfraquecimento de suas capacidades estatais. O consenso em torno de uma estratégia desenvolvimentista, pautada pela industrialização por substituição de importações, jamais foi formado.

A *belle époque* argentina, ocorrida no início do século 20, baseou-se no liberalismo econômico e na agroexportação, de modo que o ideário liberal possui profundas raízes no país. O processo de industrialização foi enfraquecido pela construção de uma oposição campo/indústria, inexistente no Brasil (CUNHA; FERRARI, 2009). Durante a Ditadura Militar (1976-1983), deu-se início à implementação das políticas neoliberais, em uma tentativa deliberada de enfraquecimento do sindicalismo e do peronismo, privilegiando atores ligados ao mercado financeiro e à agroexportação.

A democratização não levou ao fortalecimento das capacidades estatais. A crise econômica, na década de 1980, e as reformas neoliberais, retomadas pelo Governo Menem na década de 1990, acentuaram o processo de desindustrialização e redução do papel do Estado nas relações socioeconômicas.

A construção de um consenso em torno do Novo Desenvolvimentismo é dificultada, portanto, pela existência de uma trajetória marcada pela debilidade das instituições em processarem os conflitos entre os atores políticos e sociais, pelo legado de desindustrialização e pelas reduzidas capacidades estatais, expressas em burocracias pouco robustas (BOSCHI; GAITÁN, 2010).

Uma inflexão recente, e igualmente importante, diz respeito aos impactos da crise de 2001 sobre o sistema político argentino. Desde a democratização,

conformava-se um sistema bipartidário marcado pela presença dos partidos tradicionais argentinos: a *Unión Cívica Radical* (UCR) e o *Partido Justicialista* (PJ), o peronismo. Com a crise, a UCR e outros partidos menores foram fortemente impactados. A partir de então, o peronismo tornou-se um partido hegemônico no país, sem que os demais partidos pudessem se articular em torno de uma posição opositora comum.

No entanto, o peronismo se fragmentou, de modo que suas divisões internas passaram a responder por parte significativa das disputas políticas no país. Os segmentos do partido passaram a se apresentar em listas concorrentes nas disputas eleitorais. Parte desses segmentos passou a compor a oposição aos governos *kirchneristas*. Vale salientar que essas divisões também se expressaram no radicalismo; alguns de seus afiliados chegaram a fazer parte da coalizão governista. Essa coalizão, porém, nunca se tornou estável, desfazendo-se e recompondo-se conforme temas relevantes eram discutidos no Parlamento e/ou recursos discricionários eram ofertados pelo Executivo para construção de sua base aliada.

A fragmentação partidária viabilizou o fortalecimento do Executivo *vis-à-vis* o Parlamento, permitindo que as decisões a respeito da estratégia de desenvolvimento passassem a ser nucleadas na figura dos presidentes e seus ministros e assessores mais próximos. A opção por adotar uma estratégia novo-desenvolvimentista gerou um importante impacto sobre o conflito distributivo, provocando realinhamentos entre os grupos agroexportadores, industriais, financeiros e sindicais.

Néstor Kirchner assumiu a presidência em 2003, defendendo a construção de uma nova estratégia de desenvolvimento, que superasse os efeitos deletérios das reformas neoliberais. Kirchner, na verdade, manteve muitas das medidas adotadas por seu antecessor, o também peronista Eduardo Duhalde. Entre elas, destacam-se: (i) o programa *Jefes y Jefas de Hogares*, voltado para a capacitação profissional e concessão de subsídios a trabalhadores desempregados; e (ii) o regime de câmbio competitivo, que mantinha o peso desvalorizado, favorecendo as exportações agropecuárias e a industrialização substitutiva de importações. A continuidade da política econômica é simbolizada pela permanência de Roberto Lavagna no posto de Ministro da Economia, que permaneceria no posto até 2005. O regime cambial, em particular, veio a reforçar a tendência de ampliação das exportações de *commodities* trazida pelo contexto internacional favorável, caracterizado por aumento da demanda e dos preços dos bens agrícolas.

O governo estabeleceu metas de superávit primário nas contas públicas, permitindo assim os chamados superávits gêmeos (superávit comercial e fiscal), feito pouco comum na história argentina. Havia ainda uma combinação de taxas de juros baixas e expansão da oferta de crédito, visando incentivar os investimentos das

empresas (GERCHUNOFF; AGUIRRE, 2004; MERCADO, 2007). O Banco Central assumiu, desde então, a dupla tarefa de controle da inflação e manutenção do regime de câmbio competitivo (FRENKEL; RAPETTI, 2006). Finalmente, deve-se mencionar a adoção de uma política de rendas, incluindo a mediação do Estado no conflito distributivo, a fim de limitar seus efeitos sobre as expectativas inflacionárias<sup>16</sup> (ARGENTINA, 2007).

O conjunto de medida adotadas, somado à postergação da renegociação da dívida pública, em moratória desde dezembro de 2001, permitiu à economia argentina crescer a taxas bastante elevadas (em torno de 8-9% ao ano).

Três etapas caracterizam a dinâmica do Novo Desenvolvimentismo na Argentina. Na primeira, ainda no Governo Duhalde, houve expansão das exportações de *commodities*, favorecidas pelo regime cambial competitivo. O consumo doméstico permaneceu em queda, em razão da permanência de níveis deprimidos de emprego e da renda. Inaugurou-se também um tímido processo de expansão da produção industrial (DAMILL; FRENKEL, 2009; FRENKEL; RAPETTI, 2006).

A segunda etapa, que teve início no final de 2002, é caracterizada pela expansão da demanda doméstica e pela consolidação das exportações de *commodities*. O consumo privado passou a se expandir, respondendo à relativa estabilização das variáveis financeiras, à introdução de programas sociais e à recuperação dos salários. Mesmo em um contexto de extrema retração do crédito, os investimentos expandiram-se. Essa expansão levou ao aumento da demanda de bens importados, reduzindo, momentaneamente, o superávit na balança comercial (FRENKEL; RAPETTI, 2006).

A retomada dos investimentos na produção industrial foi incentivada pelo Governo Néstor Kirchner, que concedeu subsídios e renúncias tributárias, incentivou o crédito e promoveu investimentos em infraestrutura (WYLDE, 2012). A retomada da produção industrial, porém, esteve fortemente limitada pelos legados deixados pela desindustrialização ocorrida no período predecessor (SALAMA, 2012).

Um ponto essencial para a viabilidade da estratégia novo-desenvolvimentista foi a reestruturação da dívida pública (DAMILL; FRENKEL, 2009). Em 2005, o governo apresentou uma proposta inédita: nunca antes um país havia reunido, na mesma proposta, redução do valor de face dos títulos, corte dos juros e extensão de seu prazo de resgate. Foram trocados 76,15% dos títulos em moratória, e o estoque da dívida pública foi reduzido de quase 150% para 80% do PIB. O perfil da dívida também mudou após a operação: 44% do total de títulos emitidos passaram a se vincular à moeda local, com um prazo de vencimento maior (MENDONÇA, 2005).

---

<sup>16</sup> Essa política incluía medidas relativas à previdência social, às negociações coletivas de salários, à política de preços e à tributação sobre as exportações.

O período compreendido entre o final de 2002 e meados de 2007 corresponde ao ciclo virtuoso do crescimento econômico argentino, possível em razão da adoção do regime cambial competitivo (SALAMA, 2012). A adoção dessa política cambial permitiu, ao mesmo tempo, a consecução de uma balança comercial superavitária, a recomposição das reservas cambiais e o aumento da arrecadação tributária, parcialmente atribuída à introdução das **retenções** às exportações de *commodities* (MERCADO, 2007).

O aumento da arrecadação permitiu ao governo maior margem para alocação dos gastos públicos, sendo favorecido ainda pela acentuada queda no pagamento de juros da dívida. Assim, tornou-se possível a manutenção das contas públicas equilibradas, ao mesmo tempo em que se elevavam os gastos sociais (FRENKEL; RAPETTI, 2006).

O aquecimento da economia, o aumento da produção industrial doméstica e os programas sociais permitiram a redução paulatina dos índices de desemprego, pobreza e indigência. A retomada do nível de emprego trouxe à ordem do dia os conflitos sindicais, havendo reivindicação de recomposição do poder de compra perdido durante a crise. Para responder a essas demandas, o Governo Néstor Kirchner reativou o Conselho do Salário Mínimo, que havia sido desarticulado na década de 1990. Nesse conselho, foram firmadas negociações **tripartites** sobre acordos salariais, que incluíam Estado, empresários e sindicalistas (DELAMATA, 2008).

Desde 2007, o ciclo virtuoso se viu ameaçado pela aceleração da inflação (SALAMA, 2012). A partir de então, inaugura-se a terceira etapa do Novo Desenvolvimentismo argentino, quando se tornam visíveis os limites do modelo econômico baseado no regime cambial competitivo (DAMILL; FRENKEL, 2009). Essa situação tornou-se ainda mais problemática em razão da intervenção do governo nos índices oficiais de inflação divulgados pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) (SALAMA, 2012), uma estratégia que levou ao **enfraquecimento** das capacidades estatais.

O início dessa fase coincide com a eleição de Cristina Fernández de Kirchner. Ela deu prosseguimento à estratégia novo-desenvolvimentista, à qual se referia como “o modelo”, mas operou em condições bastante diferentes do governo anterior. Logo no seu primeiro ano de governo, teve que lidar com uma crise política – que contrapôs entidades ruralistas e o governo em razão da adoção das chamadas “retenções móveis” – e com os efeitos da crise financeira internacional. Essas conjunturas críticas levaram a tensões no âmbito da coalizão governante. O governo alternou discursos de confrontação e mudanças institucionais que visavam elevar a participação dos atores sociais nos processos deliberativos.

Em março de 2008, o Governo Cristina implementou as retenções móveis. Segundo a regra, as alíquotas do tributo seriam estabelecidas em conformidade

com as mudanças dos preços dessas *commodities* no mercado internacional. Dessa forma, o governo pretendia elevar a arrecadação tributária, em um momento de expansão das exportações, além de controlar a inflação dos gêneros alimentícios consumidos domesticamente. O estabelecimento dessa medida ensejou forte rechaço das principais entidades representativas dos produtores rurais, e acabou por ser derrubado no Senado. Os protestos organizados pelas entidades revelaram a dificuldade em se construir um consenso em torno do Novo Desenvolvimentismo na Argentina, em razão da forte oposição de interesses e da dificuldade das instituições em processar os conflitos distributivos (CUNHA; FERRARI, 2009; GROTTOLA, 2010).

No final de 2008, o Governo Cristina Kirchner enfrentou um novo desafio: a crise internacional. Vale ressaltar que a Argentina estava razoavelmente bem preparada para conter os efeitos da crise internacional, característica inédita em sua história recente. Com a consecução de superávits gêmeos e o acúmulo de reservas cambiais, os impactos da saída de capitais foram minimizados (DAMILL *et al.*, 2011).

Mesmo assim, a produção industrial e a demanda agregada caíram. Para fazer frente à queda na atividade econômica, o governo promoveu medidas anticíclicas. Foram introduzidas medidas **emergenciais**, como renúncias fiscais, redução das retenções às exportações agrícolas e expansão do crédito público ao consumo e à produção (com baixas taxas de juros) (DABAT, 2012). Para combater o aumento do nível de desemprego, o governo ampliou o Programa de Recuperación Productiva<sup>17</sup> (DAMILL *et al.*, 2011).

Também foram adotadas medidas **estruturais**, com a criação do Ministério da Produção; intensificação do combate à sonegação; repatriação de capitais; e a adoção do Plano de Obras Públicas, com o objetivo de criar milhares de postos de trabalho (DABAT, 2012).

Após a queda acentuada do crescimento econômico registrado em 2009, a economia voltou a se expandir, crescendo cerca de 9% em 2010-2011. Vale destacar que a retomada das exportações de *commodities* (impulsionadas pela demanda chinesa) também contribuiu para a retomada do crescimento econômico. Foi possível, assim, a elevação da arrecadação tributária, necessária ao financiamento dos gastos e investimentos públicos promovidos no período (CATTERBERG; PALANZA, 2012).

---

<sup>17</sup> Existente desde 2002, esse programa permitia ao Estado assumir o pagamento, ainda que temporariamente, de parte dos salários de trabalhadores de empresas no setor privado, desde que essas comprovassem que se encontravam em situação crítica.

As mudanças institucionais promovidas pelo Governo Cristina Kirchner, porém, não se reduziram à reação à crise internacional. Entre essas, destacam-se a reestatização da previdência (2008); o lançamento dos programas Plan Argentina Trabaja (2009) e Asignación Universal por Hijo – AUPH (2009); o anúncio de uma política setorial para a agropecuária (2010); a criação da Secretaria de Integração Nacional (2011); e a concessão de créditos voltados para as pequenas e médias empresas (GROTTOLA, 2010; DABAT, 2012).

A retomada do crescimento econômico no Governo Cristina Kirchner não reproduz o momento anterior, havendo problemas associados à aceleração da inflação. Como Cristina manteve a intervenção no INDEC, a baixa confiança depositada nos índices de inflação se alastrou para outros indicadores da economia, como os níveis salariais, os índices de pobreza, indigência e, inclusive, a taxa de crescimento econômico. O avanço da inflação produziu um novo realinhamento na coalizão de sustentação ao governo: os sindicatos, tradicionais aliados do peronismo, passaram a apresentar discordâncias em relação às propostas de reajuste dos salários e do imposto de renda. Nesse particular, é simbólico o rompimento entre uma das principais centrais sindicais do país – a Confederación General de los Trabajadores (CGT) – e seu líder Hugo Moyano com o Governo Cristina Fernández de Kirchner. A CGT articulou greves gerais, de alcance sem precedentes em comparação aos governos peronistas anteriores.

Paralelamente, o superávit primário se reduziu progressivamente, respondendo ao aumento dos gastos públicos. Parte importante dessa expansão responde aos gastos com subsídios<sup>18</sup> e com a previdência. Ao contrário das fases anteriores, em que a elevação dos gastos públicos atuava de modo anticíclico, na terceira fase, essa expansão desempenhou um papel pró-cíclico (DAMILL; FRENKEL, 2009).

O aumento da inflação produziu impactos negativos sobre o regime cambial. A partir de 2008, o Banco Central passou a vender dólares, revertendo a estratégia de acúmulo de reservas cambiais. Como consequência, o câmbio apreciou-se em termos reais, o que gerou críticas por parte das entidades representativas de setores agroexportadores e industriais (DAMILL; FRENKEL, 2009).

Em 2011, a valorização cambial acelerou-se, mas o ritmo de aumento da inflação não retrocedeu (DAMILL; FRENKEL, 2009; SALAMA, 2012). No final do seu primeiro mandato, Cristina Fernández anunciou a redução de diversos subsídios a serviços

---

<sup>18</sup> Parte significativa dos subsídios concedidos pelo governo destinava-se a empresas prestadoras de serviços públicos – como transporte e fornecimento de eletricidade –, cujas tarifas encontravam-se congeladas desde 2002 (DAMILL *et al.*, 2011).

públicos. Trata-se de uma reversão em relação à administração anterior, que concedia esses subsídios a fim de manter o congelamento dos preços das tarifas desses serviços, objetivando controlar, assim, a inflação (CATTERBERG; PALANZA, 2012).

Os Governos Néstor e Cristina Kirchner foram marcados pela permanência de um modelo econômico baseado no câmbio competitivo. Não houve, porém, continuidade pura e simples em suas gestões: o governo do primeiro foi marcado pela adoção de medidas, ainda em um contexto de emergência, que conferiram robustez ao crescimento econômico argentino. Ele, porém, deixou para sua sucessora o legado da inflação. Além disso, deixou um quadro paradoxal de fortalecimento da participação do Estado na economia, mas de debilitação da capacidade de auferir a inflação. Nas relações com o Congresso, manteve uma estratégia de formatação de uma coalizão transpartidária, não lidando de modo adequado com a fragmentação do peronismo.

Cristina Fernández, por sua vez, manteve a estratégia de construção de coalizões de apoio parlamentar instáveis. Ademais, não constituiu um consenso entre os atores sociais em torno da estratégia novo-desenvolvimentista. Seu governo tampouco lidou adequadamente com os problemas associados à inflação, talvez por considerar que a alta dos preços fosse uma questão secundária frente ao objetivo de promover o crescimento econômico combinado com inclusão social. Coloca-se em dúvida, porém, a sustentação do modelo novo-desenvolvimentista argentino, com o enfraquecimento dos pilares que permitiram o forte crescimento econômico da década de 2000.

## Conclusões

Neste artigo, sustentamos que a compreensão do Novo Desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina depende da análise dos processos políticos em torno da sua construção<sup>19</sup>. As estratégias dos Governos Lula, no Brasil, e Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, respondem às oportunidades e aos limites impostos por suas trajetórias institucionais particulares.

No Brasil, o presidencialismo de coalizão e a existência de atores sociais com poder de veto ajudam a explicar por que a coalizão novo-desenvolvimentista não se tornou hegemônica durante o Governo Lula. Por um lado, a construção de uma coalizão parlamentar multipartidária implicou na formação de compromissos que impediram o aprofundamento da estratégia novo-desenvolvimentista. Por outro lado, atores vinculados ao mercado financeiro – bancos, fundos de pensão

---

<sup>19</sup> Importa salientar que as experiências também informam o debate no âmbito acadêmico. No Brasil, membros do primeiro e segundo escalão do Governo Lula – Aloízio Mercadante, André Singer, Nelson Barbosa, João Sicsú e Renaut Michel – vêm produzindo uma rica literatura sobre o Novo Desenvolvimentismo.



etc. – apresentavam-se como garantes da estabilidade da moeda, requerendo a manutenção de uma política macroeconômica ortodoxa. Mesmo quando o governo optou por ampliar os gastos públicos – em reação à crise internacional –, as taxas de juros foram mantidas em níveis elevados. A permanência dos interesses consolidados da coalizão neoliberal, incontestemente, foi a moeda de troca implícita para a execução de políticas voltadas para a formação de um mercado consumidor de massas e para a inclusão social.

Na Argentina, as disputas políticas não ocorrem entre os partidos políticos, mas, proeminentemente, no interior do peronismo. A crise de 2001 permitiu sua emergência ao posto de força hegemônica. A ausência de uma oposição coordenada, lado a lado à acefalia do PJ, levou para o centro do cenário político nacional as disputas internas do peronismo. Fileiras peronistas se apresentaram como governistas e opositores ao **kirchnerismo**. A incapacidade da oposição em apresentar uma alternativa à estratégia novo-desenvolvimentista, mesmo quando crises se fizeram presentes, somada ao bom desempenho econômico, levou à reeleição de Cristina Kirchner.

Ao contrário do Brasil, a coalizão neoliberal foi desarticulada pela crise na virada do século. Nesse sentido, os Governos Néstor e Cristina Kirchner possuíam maior margem de manobra para adotarem suas políticas. Não aproveitaram a oportunidade, porém, para despenderem esforços na construção de um consenso entre os atores sociais interessados na construção do Novo Desenvolvimentismo. Pelo contrário, as decisões nuclearam-se no Executivo, com pouca participação dos atores sociais nos processos deliberativos. Mesmo nos momentos em que o governo acenava em favor do diálogo, não foram construídos canais institucionais para tal. As estratégias cambiantes se somam a um quadro já deficiente, em razão das reduzidas capacidades estatais existentes na Argentina.

## Referências

ARGENTINA. Ministério de Economía e Producción. *Lineamientos estratégicos para el desarrollo productivo de la Argentina*. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <[http://www.mecon.gov.ar/basehome/informacion/lineamientos\\_estrategicos\\_para\\_el\\_desarrollo\\_productivo.pdf](http://www.mecon.gov.ar/basehome/informacion/lineamientos_estrategicos_para_el_desarrollo_productivo.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.) *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BOSCHI, Renato. Instituições, trajetórias e desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina. In: BOSCHI, Renato (org.). *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento da América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Intervencionismo estatal y políticas de desarrollo en América Latina. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA – ABCP, 6., 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: ABCP, 2008. Disponível em: <[http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22\\_7\\_2008\\_15\\_58\\_2.pdf](http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22_7_2008_15_58_2.pdf)>. Acesso em: 12 set.2012.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Política, política social y desempeño económico: una comparación de las trayectorias de Brasil y Argentina. In: *Observatório Político Sul-Americano (OPSA)*, Rio de Janeiro, n. 11, dez. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n.75, p. 07-28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A caminho do fracasso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 jun. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARNEIRO, Ricardo *et al.* Brazilian development: strategic themes. *Working Papers n.2*, Rede Desenvolvimentista, Campinas, abr. 2012, 33f.

CATTERBERG, Gabriela; PALANZA, Valeria. Argentina: dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 32, n. 01, p. 03-30, 2012.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Political Parties and Governors as Determinants of Legislative Behavior in Brazil's Chamber of Deputies, 1988-2006. *Latin American Politics and Society*, Miami, v. 51, n. 01, p. 01-30, 2009.

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés. A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 29, n. 01, p. 2-23, 2009.

DABAT, Alejandro. El rumbo de la economía argentina bajo el kirchnerismo. *Economía UNAM*, Ciudad de México, v. 09, n. 26, p. 43-67, 2012.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto. *Las políticas macroeconómicas en la evolución reciente de la economía argentina*. Buenos Aires: Center for the Study of State and Society, 2009, 90p. (Nuevos Documentos CEDES, n. 65).

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto; MAURIZIO, Roxana. *Macroeconomic policy for full and productive employment and decent work for all: an analysis of the Argentine experience*. Employment Sector. Geneva: International Labour Office, 2011. 107p. (Employment Working Paper n.109).

DELAMATA, Gabriela. Luchas sociales, gobierno y Estado durante la presidencia de Néstor Kirchner. *Análise de Conjuntura OPSA*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 2008.

DINIZ, Eli. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 09-20, set. 2013.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Brasil, uma nova estratégia de desenvolvimento? A percepção de elites do Estado*. In: FORUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO

VARGAS, 8., 2011. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <[http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/2%20painel\\_Renato%20Boschi%20texto.pdf](http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/2%20painel_Renato%20Boschi%20texto.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2012.

ERBER, Fabio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 01, p. 31-55, mar. 2011.

ESPING ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. *Lua Nova*, São Paulo, v. 24, p. 85-116, set. 1991.

FÉLIZ, Mariano. El nuevo desarrollismo como superación dialéctica del neoliberalismo en Argentina. In: RAMÍREZ, Luiz Enrique (coord.). *Relaciones laborales*. Una visión unificadora. Buenos Aires: Euros Editores, 2010, p. 09-25. Também disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.15/pm.15.pdf>>. Acesso em: 21 set.2012.

FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martín. *Monetary and exchange rate policies in Argentina after the convertibility regime collapse*. Amherst: Political Economy Research Institute (University of Massachusetts), 2006. 52f. (Alternatives to Inflation Targeting: Central Bank Policy for Employment Creation, Poverty Reduction and Sustainable Growth n.08).

GERCHUNOFF, Pablo; AGUIRRE, Horacio. *La política económica de Kirchner en la Argentina: varios estilos, una sola agenda*. Madrid: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2004. 27p. (DT n. 35).

GONÇALVES, Reinaldo. *Novo Desenvolvimentismo e liberalismo enraizado*. 2010. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.08.Goncalves,R-Novo\\_desenvolvimentismo\\_e\\_liberalismo\\_enraizado.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.08.Goncalves,R-Novo_desenvolvimentismo_e_liberalismo_enraizado.pdf)>. Acesso em: 03 set.2012.

GOUREVITCH, Peter. *Politics in hard times: comparative responses to international economic crisis*. Cornell University Press: Ithaca and London, 1986.

GROTTOLA, Leonardo. Neo-desarrollismo y rol del Estado (Argentina 2003-2010). In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 5., 2010. *Anales...* Buenos Aires: ALACIP, 2010.

GRUPO FÉNIX. Hacia el Plan Fénix. Diagnóstico y propuestas. Una estrategia de reconstrucción de la economía argentina para el desarrollo con equidad. In: PLAN FÉNIX. *Jornadas de Presentación*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires (UBA), sep.2001. Disponível em: <<http://www.econ.uba.ar/planfenix>>. Acesso em: 18 out. 2012.

GRUPO FÉNIX. Plan Fénix. Propuestas para el desarrollo con equidad. Dic. 2002. Disponível em: <<http://www.econ.uba.ar/planfenix>>. Acesso em: 18 out. 2012.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

IANONNI, Marcus. Estado e coalizão desenvolvimentista no Brasil no ciclo pós-neoliberal. In: ENCONTRO DA ABCP, 9., 2014. Brasília. *Anais...* ABCP, 2014.

MENDONÇA, Ana Rosa. Reestruturação da dívida argentina: proposta e resultados. *Economia Política Internacional: análise estratégica*, Campinas, n. 04, p. 12-18, jan./

mar. 2005.

MERCADANTE, Aloízio. *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)*. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MERCADO, Rubén. *The Argentine recovery: some features and challenges*. Austin: The University of Texas at Austin, 2007 (VRP Working Paper LILAS).

MORAIS; Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o Governo Lula. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 04 (124), p. 507-527, out./dez. 2011.

SALAMA, Pierre. Crescimento e inflação na Argentina nos governos Kirchner. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 157-172, ago. 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. Por que Novo Desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 04, p. 507-524, oct./dez. 2007.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SINGER, André. Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe. *Revista de Economia da PUC-SP*, Ano 02, n. 04, jul./dez. 2010.

THELEN, Kethleen. *How institutions evolve*. The political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

Roberta Rodrigues Marques da Silva

Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ, professora adjunta da graduação e da pós-graduação em Relações Internacionais da UERJ e professora adjunta da graduação em Relações Internacionais da Faculdade IBMEC. Contato: roberta.rms@gmail.com